

ÍNDICE

Siglas Utilizadas.	11
Introdução.	13
Parte I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO	17
Capítulo I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA	19
Capítulo II – O ESTADO SOCIAL DE DIREITO E A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	27
Capítulo III – O VÍNCULO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS: MODALIDADES.	37
Capítulo IV – O VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO. MODALIDADES DE CONSTITUIÇÃO	43
Capítulo V – O EMPREGADOR PÚBLICO.	47
Capítulo VI – O TRABALHADOR EM FUNÇÕES PÚBLICAS.	51
Capítulo VII – RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONCURSO.	59
Capítulo VIII – CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO.	81

Capítulo IX – CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR NOMEAÇÃO.	85
Capítulo X – CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS.	89
Capítulo XI – CONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO	93
Capítulo XII – PERÍODO EXPERIMENTAL	101
Capítulo XIII – INVALIDADE DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	107
Capítulo XIV – GARANTIAS DE IMPARCIALIDADE. INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS	111
Capítulo XV – TRABALHO A TEMPO PARCIAL E TELETRABALHO COMO OUTRAS MODALIDADES ESPECIAIS DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	121
Capítulo XVI – DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DO TRABALHADOR E DO EMPREGADOR PÚBLICO.	127
Capítulo XVII – ATIVIDADE, LOCAL DE TRABALHO E CARREIRAS	135
Capítulo XVIII – MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO E MEDIDA EXCECIONAL DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS	147
Capítulo XIX – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	157
Capítulo XX – MOBILIDADE	193
Capítulo XXI – TEMPO DE TRABALHO.	203
Capítulo XXII – PROTEÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS.	223
Capítulo XXIII – TEMPOS DE NÃO TRABALHO. FERIADOS, FÉRIAS, FALTAS E LICENÇAS.	229

Capítulo XXIV – REMUNERAÇÃO	255
Capítulo XXV – EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR.	275
Capítulo XXVI – VICISSITUDES MODIFICATIVAS DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO.	305
Capítulo XXVII – EXTINÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO	327
Parte II – DIREITO COLETIVO.	339
Capítulo I – ESTRUTURAS DE REPRESENTAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES.	341
Capítulo II – COMISSÕES DE TRABALHADORES	347
Capítulo III – ASSOCIAÇÕES SINDICAIS	351
Capítulo IV – PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	361
Capítulo V – INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	369
Capítulo VI – CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO	379
Capítulo VII – GREVE E PROIBIÇÃO DO <i>LOCK-OUT</i>	381
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho	385
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.	405